

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Contra o racismo

Parlamentares da Bancada Negra dos Estados Unidos virão ao Brasil na semana que vem para debater os avanços no plano conjunto contra discriminação racial assinado entre os dois países. Os congressistas estarão em Brasília entre domingo e a próxima terça-feira. Depois irão a Salvador, onde ficam até quinta-feira.

Corre, Lula

Nas redes sociais, a primeira-dama Janja da Silva fez uma graça com o vídeo do marido se exercitando no Alvorada. Em um cenário de videogame, aparece a imagem do chefe do Planalto correndo e superando obstáculos, enquanto aparecem dados sobre realizações do governo federal. “É o Brasil do Presidente @LulaOficial passando todas as fases para voltar a crescer e devolver dignidade ao povo brasileiro!”, escreveu Janja.

Carolina Curi/Agência CLDF



Família é tudo

O deputado distrital Fábio Felix (foto) soltou o verbo em defesa da família homoafetiva. Em reação a declarações da “extrema direita” contra a comunidade LGBTQIA+ no plenário da CLDF, o parlamentar reagiu: “Não tem família melhor do que a outra!”. Lembrou que a união homoafetiva está garantida pela Constituição e alertou que a violência doméstica ocorre muitas vezes em famílias heteroafetivas. Disse, ainda, que é comum os “homens de bem” abandonarem esposas e crianças, enquanto casais homoafetivos contribuem para ampliar a adoção no Brasil.

Lira manda a Câmara acelerar



Finalmente, o ano começou na Câmara. A Casa retomou o ritmo de votações ontem e pretende avançar em uma pauta extensa até abril. O pontapé foi definido na terça-feira, em reunião entre o presidente, deputado Arthur Lira (PP-AL), e os líderes partidários. Entraram na pauta o fim da saidinha — aprovada no início da noite de ontem —, a política de transição energética e o novo ensino médio.

Há outros temas que devem entrar no modo acelerado da Câmara. Está prevista a apreciação da lei de falências. Paralelamente ao acerto entre os

líderes, há outras votações importantes consideradas pelo governo, como o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e a reoneração da folha. Ambas as propostas estão em fase de elaboração no Ministério da Fazenda.

Arthur Lira pretende acelerar os trabalhos, pois o calendário político começa a apertar. A próxima semana será mais curta, em razão do feriado da Semana Santa. E na semana seguinte, encerra-se o prazo para desincompatibilização e filiação e desfiliação partidária para as eleições municipais deste ano.

Resposta

Sem citar nenhuma operação policial específica, o ministro do Supremo Tribunal Federal e ex-titular do ministério da Justiça, Flávio Dino, comemorou avanços nas ações de segurança pública. “Os livros técnicos e a experiência mostram que uma investigação bem-feita, com a atuação coordenada das Polícias e do Ministério Público, e a supervisão judicial cabível, faz mais pelo enfrentamento ao crime organizado do que milhares de tiros a esmo e as famosas ‘balas perdidas’”, escreveu em uma rede social.

O povo quer paz

O comentário de Dino foi visto como uma resposta ao presidente da Câmara, Arthur Lira. Em jantar com a Frente Parlamentar do Empreendedorismo, o chefe da Casa criticou a descoordenação entre as forças de segurança. Lira entende que a segurança pública ganhará cada vez mais atenção do eleitor. E não faltam situações para os governos enfrentarem: fuga em Mossoró, crime organizado na Amazônia, poder das milícias, caso Marielle...A lista é extensa.

Quer que desenhe?

A turnê de Caetano Veloso e Maria Bethânia, de imediato um dos espetáculos mais badalados de 2024, virou tema de cobrança para o Congresso. A produtora Paula Lavigne, esposa do cantor, pediu providências contra sites fraudulentos que prometem venda de ingressos para o show. “Estamos tentando derrubar (os sites), mas tudo demora. Entendem por que precisamos que o Congresso regule a internet?”, postou.

PODCAST DO CORREIO / Com 150 milhões de cidadãos cadastrados em serviços digitais do governo federal, comitê pretende ampliar proteção dos dados e dos sistemas de informação. Secretário-executivo do GSI defende discussão sem viés ideológico

Por mais segurança digital

» HENRIQUE LESSA
» VINICIUS DORIA

O Comitê Nacional de Cibersegurança(CNCiber), criado para elaborar uma proposta de projeto de lei para a criação do órgão responsável pela regulação da segurança digital no país, teve a sua primeira reunião, ontem. Na abertura do encontro, o general Marcos Antônio Amaro dos Santos, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), ressaltou que a política de cibersegurança não deve ser confundida com a regulação das redes sociais ou com o combate as fake news.

“É necessária a separação entre o que consiste a cibersegurança e o combate à desinformação. Entendemos que, embora sejam temas relacionados e, muitas vezes, confundidos, devam ser tratados de forma distinta”, disse o ministro.

A necessidade de tratar do assunto, sem criar um embate ideológico, inclusive, na análise que o Congresso fará dessa nova estrutura, foi reforçada pelo secretário executivo do GSI e presidente do CNCiber, Ivan de Sousa Corrêa Filho, e pelo secretário de Segurança da Informação e Cibernética do ministério, André Molina, em entrevista ao *Podcast do Correio*.

“O tema não deve ser tratado de forma ideológica. Obviamente, não posso falar pelos nossos parlamentares, mas a gente tem sentido que todos estão preocupados e querendo criar ferramentas para lidar com esse problema”, apontou Corrêa. Para ele, é importante

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Ivan Corrêa Filho (ao fundo, à direita) e André Molina (E): GSI entende que cibersegurança não deve ser confundida com regulação das redes

que o país acompanhe o avanço da tecnologia para enfrentar os criminosos digitais.

“Ninguém está seguro, a agência de cibersegurança americana foi hackeada na semana passada, então, não é possível garantir 100% de segurança. Mas o Brasil evoluiu muito. Em 2020, em um ranking de capacidade de cibersegurança das nações, ocupamos a 72ª posição. Hoje somos a 18ª mais bem preparada. Agora, não dá para ficar tranquilo com o que já foi feito, falta fazer muito mais”, disse.

Gov.br

Sobre as recentes tentativas de fraudes que utilizaram um programa falso de declaração do imposto de renda, Molina lembra que é necessário criar uma cultura nacional de cibersegurança. “Para deter ataques, precisa começar com o feijão com arroz, doutrinar as pessoas, conscientizar para que elas não cliquem em links desconhecidos nem instalem ou executem aplicativos de origem desconhecida. O vetor dos ataques, geralmente, se

inicia com um e-mail falso, com alguém se fazendo passar por uma empresa ou organização e a partir das informações coletadas com isso”, apontou o secretário de Cibersegurança.

Com 150 milhões de cidadãos utilizando os serviços do governo federal, concentrados no *gov.br*, o país é um dos mais digitalizados do mundo em serviços governamentais. “Por um lado, isso é excelente pois facilita e dinamiza a prestação dos serviços à população, mas, por outro, amplia o que a gente chama de superfície

de ataque. Passa a ser um alvo mais compensador e a receber mais ataques”, aponta Corrêa.

Sobre a segurança dos dados governamentais, o secretário-executivo disse que o país teve um enorme ganho com a integração dos sistemas. “A segurança absoluta ninguém consegue, a gente pode estar mais seguro ou menos seguro. Nos serviços do governo, a gente tem uma situação bastante razoável. A Secretaria de Governo Digital (do Ministério da Gestão e Inovação) tem feito um ótimo trabalho em



Aponte a câmera do celular para o QR Code e acesse a íntegra do Podcast do Correio.

reunir os sistemas numa mesma infraestrutura. Com isso, a gente teve um grande ganho na segurança pelos serviços estarem nessa estrutura concentrada, com mais capacidade”, ressaltou Corrêa. Ele informou que não foram vistos ataques contra bases de dados federais.

“Não tivemos grandes problemas, (as estruturas) estão bem protegidas. A maior vantagem do governo digital fica com os ministérios que têm uma equipe pequena, sem os meios ideais (de proteção), sem orçamento. Concentrando isso tudo em uma só estrutura e provendo a segurança, o nível de segurança do governo federal cresceu exponencialmente nos últimos tempos”, completa.

Outro ponto central da criação de uma entidade nacional de cibersegurança, segundo os dois especialistas, será a melhoria da capacidade brasileira de combater o crime digital que ameaça pequenas e médias empresas, que também não têm recursos para investir em segurança cibernética. “As pequenas e médias empresas nos preocupam porque elas têm menos capacidade de ter estrutura para se prevenir dos ataques cibernéticos. Nós temos que tentar apoiá-las para aumentar a ciber resiliência dos pequenos.”